



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Ética e Direitos Humanos

**A PESQUISA CIENTÍFICA SOBRE POLÍTICA SOCIOEDUCATIVA
NA TRAJETÓRIA DO CONGRESSO INTERNACIONAL DE
SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL**

Paloma Andressa Xavier de Paula¹

Resumo: Trata-se de um estudo que propõe um levantamento sobre a submissão de trabalhos acadêmicos para o Congresso Internacional de Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, os quais abordam a Política Socioeducativa. Para tanto, realizou-se a catalogação dos trabalhos registrados em quatro anais de congresso, publicados no site oficial. Observou-se, entre outras questões, a escassez de trabalhos publicados sobre a temática em comparação com o número de submissões, a elevada formação acadêmica das pesquisadoras e a regularidade de submissões por uma parcela das autoras neste evento.

Palavras-chave: Congresso Internacional; medidas socioeducativas; socioeducação.

Abstract: This is a study that proposes a survey on the submission of academic papers to the International Congress of Social Service and Social Policy at the State University of Londrina, addressing Socioeducational Policy. For this purpose, the cataloging of papers registered in four conference proceedings, published on the official website, was carried out. It was observed, among other issues, the scarcity of published works on the topic compared to the number of submissions, the high academic qualifications of the researchers, and the regularity of submissions by a portion of the authors at this event.

Keywords: International Congress; socioeducational measures; socioeducation.

INTRODUÇÃO

Este trabalho intenciona mapear os estudos apresentados aos Congressos Internacionais de Política Social e Serviço Social, realizados desde 2015 na Universidade Estadual de Londrina – UEL, relativos ao tema Socioeducação e Medidas Socioeducativas.

O Congresso possui quatro edições, realizadas em 2015, 2017, 2019 e 2022, sendo que apenas uma edição foi realizada online em 2022, por conta do cenário pandêmico que o mundo vinha atravessando.

¹ Assistente Social, Agente Fiscal no Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 11ª Região, Mestra e Doutoranda em Serviço Social e Política Social pela UEL. E-mail: paloma.andressa@uel.br



De acordo com o site oficial do evento, o Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social da UEL tem como objetivo promover uma reflexão interdisciplinar sobre temas relevantes nas áreas de Política Social, Gestão de Políticas Sociais e Fundamentos do Serviço Social. Com isso, pretende-se aprimorar a qualidade da produção científica e compartilhar pesquisas.

Os temas das palestras, mesas, minicursos e apresentações de trabalhos circundam reflexões sobre aspectos contemporâneos do debate de políticas públicas como direitos humanos, segurança pública, Seguridade e Proteção Social, movimentos sociais, participação e Controle Social e Gênero.

Nesse sentido, a submissão de trabalhos para apresentação oral no referido evento, permeiam esses temas, que são subdivididos em eixos para melhor organização na apresentação e no agrupamento no anais publicado posteriormente ao evento.

Como pesquisadora da execução de Medidas Socioeducativas e Assistente Social que atuou por quase cinco anos na área, a produção científica sempre embasou meu exercício profissional, ao agregar novos conhecimentos sobre o tema e apropriar elementos reflexivos para qualificação profissional. Por isso, o Congresso Internacional sempre foi um espaço de aprofundamento sobre o tema e o anais uma fonte de pesquisa, especialmente por também trazer experiências de outros profissionais atuantes nas Medidas Socioeducativas.

Ademais, a execução da Política Socioeducativa sempre comparece como um desafio no cotidiano, o que exige um exercício árduo de persistência, criatividade e conhecimento legislativo para a oferta de um serviço de qualidade, que atenda os marcos regulatórios como Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Desafio que só pode ser atravessado com aprofundamento teórico e troca com os pares, afinal de contas, é uma realidade vivenciada em todos os municípios do país, com suas diversas singularidades e particularidades.

Para a busca sobre essa temática, foi necessário realizar um levantamento manual em todos os anais do Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social da UEL, buscando pelos termos: “Socioeducação”; “Medida Socioeducativa” e “Medidas Socioeducativas”. Esses trabalhos foram planilhados por título, autoria, grau de titulação das/os autoras/es, ano de apresentação e breve resumo sobre os resultados encontrados.

A POLÍTICA SOCIOEDUCATIVA NO CONGRESSO INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL - ALGUNS LEVANTAMENTOS.

A concepção contemporânea de infância e adolescência é recente na história do Brasil. Apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988, essa fase da vida humana passou a ser oficialmente reconhecida e protegida por dispositivos legais. O Artigo



227 da Constituição Federal de 1988 destaca a responsabilidade de proteção à criança e ao adolescente, atribuída à família, sociedade e Estado. Estes devem garantir, com prioridade absoluta, o acesso a direitos fundamentais, como vida, saúde, alimentação, educação, dignidade, entre outros, e protegê-los contra negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão.

A Doutrina da Proteção Integral, proclamada por esse artigo, foi fortalecida com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. O Artigo 3º do ECA afirma que esses sujeitos desfrutem de todos os direitos fundamentais atribuídos à pessoa humana, respeitando suas condições específicas de desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi implementado em 1990. Define criança como aquela de zero a doze anos e adolescente como aquele entre doze e dezoito anos incompletos. Diante dessas leis, menores de dezoito anos permanecem não responsáveis penalmente, e condutas tipificadas como crime ou contravenção penal correspondem a atos infracionais, sujeitos a medidas socioeducativas

Conforme o ECA (1990), as medidas socioeducativas são categorizadas em meio aberto, incluindo advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida, e em meio fechado, com inserção em regime de semi-liberdade e internação em estabelecimento educacional.

Embora o ECA já abordasse as medidas socioeducativas, somente em 2012 foi instituído o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamentando a execução dessas medidas destinadas a adolescentes que cometem atos infracionais. O SINASE é um sistema integrado que busca articular esforços em todo o território brasileiro para garantir efetividade e eficácia na execução das medidas socioeducativas, por meio da colaboração entre governos estaduais e municipais, Sistema de Justiça e políticas setoriais básicas. O foco é o desenvolvimento de ações socioeducativas fundamentadas nos direitos humanos, com bases éticas e pedagógicas.

Neste sentido, as medidas socioeducativas e a Política Socioeducativa são relativamente recentes na história do Brasil e enfrentam desafios constantes na implementação e efetivação de ações pautadas no direito. Por isso, a pesquisa acadêmica comparece como uma das estratégias para o aprofundamento de reflexões, problemáticas e possibilidades para a garantia de direitos.

De acordo com o site oficial do Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social, o evento ocorre desde 2015 e conta com quatro edições. Em todas as edições, houve a possibilidade de submissão de trabalho para apresentação oral e com a publicação de anais de Congresso.



Para a realização deste estudo, utilizei os quatro anais de Congresso de 2015, 2017, 2019 e 2022, disponíveis no site oficial do evento. E realizei a busca pelos termos: “Socioeducação”; “Medidas Socioeducativas” e “Medida Socioeducativa”. Depois, planilhei com as informações como título, ano de publicação, autoria, titulação de autoria, eixo temático e link para acesso ao trabalho.

Vejam os quadros a seguir quanto ao quantitativo de trabalhos constantes nos anais de cada ano:

Quadro Síntese sobre a submissão de trabalho em quatro edições do Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social

Edição	Ano	Quantidade de Trabalhos recebidos	Quantidade de Trabalhos Aprovados	Quantidade de Participantes
1ª	2015	525	400	724
2ª	2017	515	399	815
3ª	2019	525	419	585
4ª	2022	327	274	647

Fonte: <https://sites.uel.br/congressoservicosocialuel/o-congresso/>

Observamos que as três primeiras edições do evento contaram com números semelhantes de submissão e aprovação de trabalhos, ficando uma média de um pouco mais de 500 trabalhos submetidos e cerca de 400 aprovados. Já na última edição, em 2022, houve uma queda de submissões e, conseqüentemente, de aprovações.

Embora em 2022 tenha tido esse dado significativo, a participação do público em geral teve um aumento em relação ao ano de 2019, que foi a edição com menor número de participantes. Em 2017 foi o ano com maior público, acima de 800 participantes.

Com relação aos eixos em que os trabalhos foram submetidos, temos os seguintes dados quantitativos por ano:

Trabalhos publicados sobre Medidas Socioeducativas e Socioeducação por ano e eixo

Ano	Eixo	Quantidade Geral de trabalhos publicados no eixo	Quantidade de trabalhos sobre Medidas Socioeducativas e Socioeducação
2015	Gestão de Políticas Sociais	60	02
2015	Direitos Humanos, Estado Penal e Criminalização da Pobreza	32	01
2017	Direitos Humanos, Estado Penal e Criminalização da Pobreza	46	02
2019	Política Social, Seguridade Social e Proteção Social	55	01
2019	Gestão de Políticas Sociais	56	01
2019	Fundamentos Do Serviço Social - O Trabalho Do Assistente Social Nas Políticas Públicas E Sociais	32	01
2019	Ética e Direitos Humanos	35	03
2022	Gestão de Políticas Sociais	24	02
2022	Ética e Direitos Humanos	20	03

Fonte: <https://sites.uel.br/congressoservicosocialuel/o-congresso/>



Podemos observar que o Eixo direcionado aos Direitos Humanos publicou trabalhos sobre Medidas Socioeducativas e Socioeducação em todas as edições, em seguida o eixo Gestão de Políticas Sociais também publicou em quase todas as edições, com exceção à 2017. Em 2019, dois eixos publicaram pela primeira e única vez trabalhos intitulados com as palavras-chave: Política Social, Seguridade Social e Proteção Social e Fundamentos Do Serviço Social - O Trabalho Do Assistente Social Nas Políticas Públicas E Sociais.

No entanto, chama a atenção a quantidade de trabalhos sobre a temática por eixo e na contagem geral de submissões, que são incipientes. Em 2015, tivemos apenas 0,75% de trabalhos relativos à medidas socioeducativas e socioeducação. Em 2017 este número foi de 0,50%. Em 2019 foi de 1,43%, havendo uma crescente sobre o tema e, em 2022, o total foi de 1,82%, sendo o ano com maior número de publicações referente ao tema. A mesma tendência ocorre nos eixos temáticos, tornando-se baixas as produções em relação aos demais temas propostos.

Outro ponto interessante de observar é a quantidade de autoras/es que submeteram e tiveram aprovados trabalhos sobre o tema. Nas quatro edições, obtivemos 24 pesquisadoras/es, sendo que apenas 04 submeteram trabalhos em duas edições. Desses, no momento da submissão, 01 não informou sua titulação, 02 eram graduandas/os de Serviço Social, 01 era recém formada em Serviço Social, 05 estavam cursando Mestrado, 04 eram Mestres/as, 01 doutoranda, 08 eram Doutores/as e 02 estavam cursando Pós-Doutorado. Ou seja, a maior parte das/os pesquisadoras/es já possuem Doutorado, seguido de mestrandos e mestres/as, o que demonstra maior experiência em pesquisas acadêmicas.

Com relação às temáticas pesquisadas, temos uma síntese por ano:

Quadro Síntese de áreas estudadas sobre Medidas Socioeducativas e Socioeducação por ano:

Ano	Temática Estudada
2015	Trajetória da Legislação sobre Medidas Socioeducativas à partir do Código de Menores de 1927 até o Estatuto da Criança e do Adolescente
2015	A interlocução entre Direitos Humanos e as Medidas Socioeducativas
2015	Política Socioeducativa sob a ótica dos Direitos Humanos e sua gestão.
2017	A relação das Medidas Socioeducativas com a Escola, na perspectiva das/os adolescentes
2017	A caracterização das/os adolescentes que cumpriram Medidas Socioeducativas em meio aberto em Londrina em 2013
2019	O papel do SUAS na execução de medidas socioeducativas no Rio de Janeiro
2019	A intersetorialidade nas Medidas Socioeducativas
2019	O trabalho profissional de Assistentes Sociais no atendimento socioeducativo em CREAS de Londrina



2019	A interface entre SUAS e SINASE na execução de medidas socioeducativas em meio aberto
2019	O trabalho da/o Assistente Social na Vara de Execução de Medidas Socioeducativas do Rio de Janeiro
2019	Violência policial contra adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas
2022	Assessoria Estadual na execução de medidas socioeducativas em municípios catarinenses
2022	O acompanhamento de adolescentes egressos de medidas socioeducativas em meio fechado em Ponta Grossa
2022	A correlação de forças a nível estrutural e suas determinações para a dimensão ética no trabalho socioeducativo nos CENSES, a partir da Ontologia do Ser Social em Lukács.
2022	A relação entre vulnerabilidade social e socioeducação, através de levantamento bibliográfico.
2022	O direito à convivência familiar de adolescentes em medida socioeducativa de internação no Paraná

Fonte: <https://sites.uel.br/congressoservicosocialuel/o-congresso/>

Percebe-se que a relação entre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o SINASE são temas de interesse das pesquisadoras, isso porque de fato o entendimento da complementação que ambos os sistemas têm entre si, geram debates quanto a funcionalidade e a objetividade de cada um no atendimento da população usuária. Nesse sentido, percebe-se nos trabalhos apontamentos relacionados a identificar as atribuições de cada um no atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, compreender a relação entre a Política de Assistência Social com o Sistema de Justiça e refletir na possibilidade da melhoria entre fluxos e a qualidade dos serviços prestados.

Outro tema que se destaca é a relação das demais políticas e serviços no atendimento socioeducativo, inclusive, em um dos trabalhos há a discussão quanto a experiência da assessoria da esfera estadual no atendimento socioeducativo municipal. Há que se destacar a ênfase que estes artigos dão na importância da participação da rede de atendimento para a execução de uma Política Socioeducativa que cumpra com as garantias sociais estabelecidas na legislação da infância e adolescência, pois há experiências exitosas em que a intersetorialidade foi primordial do atendimento socioeducativo, somados a uma direção crítica, que se transforma em um “fazer coletivo” da socioeducação.

Entretanto, o que se observa nos trabalhos que discutem sobre essas relações com as demais políticas é que há dificuldade na materialização dessa rede de atendimento enquanto um espaço garantidor de direitos para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Há reflexões muito pertinentes no que tange a implementação de medidas protetivas em conjunto com medidas sancionatórias, incluindo o entendimento por parte de adolescentes de espaços como a escola como local de proteção, no entanto, que no cotidiano há desafios em construir essa visão de toda a comunidade. Também se destacaram



dificuldades no trabalho em rede no que se refere a ausência de equipe técnica, não compreensão das medidas socioeducativas e ausência de recursos financeiros suficientes para implementação de ações coletivas que sejam benéficas aos atendimento socioeducativo.

Ainda nessa temática, há um trabalho que discute à luz dos direitos humanos e a intersetorialidade, enquanto outro trabalho também aborda os direitos humanos e sua efetividade na execução de medidas socioeducativas, em uma perspectiva de gestão. Os entendimentos extraídos perpassam pela real efetivação de uma socioeducação pautada nos direitos humanos e na incipiência de pesquisas acadêmicas sobre a política socioeducativa.

Outro aspecto abordado com maior frequência diz respeito ao exercício de assistentes sociais nas medidas socioeducativas, seja em meio aberto ou fechado. Três trabalhos se destacaram neste sentido, sendo que dois elaboraram reflexões a partir de espaços sócio ocupacionais - uma Vara de Execuções de Medidas Socioeducativas e um CREAS - e um se ateve a uma discussão envolvendo todos os CENSE do Paraná, especialmente nos entraves éticos que envolvem a profissão em espaços de correlação de forças de poder.

Um dos trabalhos defendeu a direção crítica do Serviço Social pautada no Projeto Ético Político profissional em espaços de atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, em uma perspectiva de garantia de direitos. Outro trabalho aponta o Plano de Trabalho profissional como estratégia essencial de defesa do exercício profissional frente às requisições incompatíveis com a profissão em espaços de atendimento socioeducativo, que, por outro lado, utiliza o planejamento para materialização ou, ao menos, a intencionalidade, do Projeto Ético Político. O terceiro trabalho considerou a dualidade contraditória imposta nestes espaços de trabalho permeados pela lógica do Estado Penal, resultando em desafios na ética profissional.

Um trabalho se ateve à análise do perfil de adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas em meio aberto, trazendo algumas reflexões sobre a proteção social enquanto uma não realidade no cotidiano destes adolescentes. Ademais, este trabalho aponta pela necessidade de aprofundamento de pesquisas sobre a demanda.

Um trabalho trouxe à tona a violência policial sofrida por adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto enquanto um instrumento de juvenicídio, utilizado pela ideologia neoliberal de cunho penal e racista.

Um estudo abordou a ausência de acompanhamento estadual de adolescentes egressos de medida socioeducativa de internação, o que gera sobrecarga de trabalho profissional para os CREAS e a reincidência de adolescentes, que na ausência de um acompanhamento focado em sua situação específica, fica à mercê da insuficiente proteção social ofertada.

Um trabalho pesquisou publicações em periódicos da área do Serviço Social que versavam sobre socioeducação, do ano de 2017 a 2019, para verificar quais são as



expressões de vulnerabilidade que aparecem na vida de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Verificou-se que foi pouco explorado sobre a rede de atendimento socioassistencial nos artigos investigados, no entanto, o discurso adotado pela categoria manteve-se na defesa do Projeto ético político e afastou-se de defesas criminalizadoras da pobreza.

Um trabalho realizou provocações sobre a garantia do direito à convivência familiar em face do cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado, trazendo para discussão o papel do estado na efetivação (ou não) deste direito, independentemente de se tratar de um adolescente que cometeu um ato infracional ou não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As medidas socioeducativas e a socioeducação integram a doutrina de proteção social integral da infância e adolescência no Brasil. Em uma perspectiva de consolidação de uma política socioeducativa, temos buscado pela garantia de direitos para esta população, que não deixa de ser prioridade absoluta da sociedade, do Estado, da família e da sociedade, por ter cometido um ato infracional.

Neste sentido, esta temática também deve estar no cerne do debate no Serviço Social e da Política Social, entretanto, verificamos que, embora os trabalhos apresentados sobre socioeducação e medidas socioeducativas apontam a necessidade de aprofundamento sobre o tema, há relativamente pouca produção publicada pelos anais do Congresso Internacional de Serviço Social e Política Social que versem sobre o tema.

Por outro lado, há uma constância de pesquisadoras que submeteram trabalhos sobre medidas socioeducativas e socioeducação em mais de uma edição do evento, o que demonstra o compromisso acadêmico de disseminação de resultados e pesquisas, atrelados ao alto nível de formação destes, a maioria sendo doutoras.

Outra questão pertinente diz respeito ao comparecimento do racismo enquanto elemento estruturante do sistema capitalista no país, que reflete no Estado Penal, elemento que pouco compareceu nos trabalhos pesquisados. Também revela-se a importância de se inscrever textos que discutem sobre o exercício profissional de assistentes sociais no sistema socioeducativo.

Ademais, devemos considerar o Congresso Internacional de Serviço Social e Política Social da UEL como um espaço de divulgação de pesquisa acadêmica fundamental para a construção de uma atuação crítica, por isso, investir em produções que discutam sobre socioeducação e medidas socioeducativas neste evento propicia o direcionamento coletivo pela construção de caminhos para efetivação de direitos de adolescentes e de estratégias de sobrevivência na atual sociabilidade.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCHORNE, Sindely Chahim de Avellar. Metr pole do Rio de Janeiro e as medidas socioeducativas em meio aberto. **Anais**. III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS. Londrina: UEL, 2019.

Disponível em: <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/assets/4604-230589-35684-2019-04-01.pdf> Acesso: 01 de mar. 2024.

BRASIL. Constitui o da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, out. 1988.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm
Acesso em: 29 fev. 2024.

BRASIL. Lei n  12594, de 18 de janeiro de 2012. Brasília, Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acesso em: 29 fev. 2024

BRASIL. Lei n  8069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 29 fev. 2024.

BAVIA, Bruna Aparecida; LOLIS, Dione. Caracteriza o dos adolescentes que receberam medida socioeducativa em meio aberto em Londrina-PR. **Anais**. II CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS. Londrina: UEL, 2017. Disponível em:

<https://www.congressoservicosocialuel.com.br/anais/2017/assets/130633.pdf> Acesso: 01 de mar. 2024.

CESCONETO, Eug nia Aparecida. A intersetorialidade no contexto do atendimento socioeducativo. **Anais**. III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS. Londrina: UEL, 2019. Disponível em: <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/assets/4604-229466-35487-2019-03-26-artigo--2019.pdf> Acesso: 01 de mar. 2024.

FERRAZ, Terezinha; CESCONETO, Eug nia Aparecida. A socioeduca o no contexto dos direitos humanos. **Anais**. I CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS. Londrina: UEL, 2015. Disponível em:

https://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo7/oral/4_a_socioeducacao....pdf Acesso: 01 de mar. 2024.

LUZ, Giovanna Marques. Violência policial como instrumento para o juvenic dio: vivências de jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. **Anais**. III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS. Londrina: UEL, 2019. Disponível em:

[https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/assets/4604-230565-35663-2019-04-01-giovanna-congresso-internacional---14---03-\(1\).pdf](https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/assets/4604-230565-35663-2019-04-01-giovanna-congresso-internacional---14---03-(1).pdf) Acesso: 01 de mar. 2024.

MONTEZANO, Camila. Vara de Execu es de Medidas Socioeducativas: nova possibilidade de atua o para o Assistente Social no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. **Anais**. III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS. Londrina: UEL, 2019. Disponível em:

<https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/assets/4604-227997-35378-2019-03-18-eixo-%c3%a9tica-e-dh.pdf> Acesso: 01 de mar. 2024.



PAULA, Paloma Andressa Xavier de. A execução das medidas socioeducativas em meio aberto: a interface entre SUAS e SINASE no território. **Anais. III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS.** Londrina: UEL, 2019. Disponível em: <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/assets/4604-229082-35434-2019-03-23-artigo-congresso---paloma---2019.pdf> Acesso: 01 de mar. 2024.

PEREIRA, Irandi; GOMES, Maria do Rosario Correa de Salles. Gestão da política socioeducativa ao adolescente em conflito com a lei. **Anais. I CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS.** Londrina: UEL, 2015. Disponível em: https://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo2/oral/29_gest_ao_da_politica_socioeducativa....pdf Acesso: 01 de mar. 2024.

ROCHA, Andrea Pires; PAULA, Paloma Andressa Xavier de. Sonho meu, vai buscar quem mora longe, sonho meu: o direito à convivência familiar de adolescentes em medida socioeducativa de internação no Paraná. **Anais. IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS.** Londrina: UEL, 2022. Disponível em: <https://www.uel.br/pos/sersocial/pages/arquivos/Congresso%202022/Etica%20e%20Direitos%20Humanos/6498-408138-56824-2022-04-07.pdf> Acesso: 01 de mar. 2024.

RODRIGUES, Beatriz Santana; NEGRI, Fabiana Luiza. Medida socioeducativa em meio aberto: a assessoria da gestão estadual na política de assistência social aos municípios de Santa Catarina. **Anais. IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS.** Londrina: UEL, 2022. Disponível em: <https://www.uel.br/pos/sersocial/pages/arquivos/Congresso%202022/Gestao%20de%20Politic%20Sociais/6498-407433-56538-2022-04-01.pdf> Acesso: 01 de mar. 2024.

RUEDA, Marjory Furlan Rueda; SILVA, Silmara Carneiro e. Socioeducação e vulnerabilidade social: confluência perversa revelada pela produção teórica recente do serviço social brasileiro em periódicos científicos da área. **Anais. IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS.** Londrina: UEL, 2022. Disponível em: <https://www.uel.br/pos/sersocial/pages/arquivos/Congresso%202022/Etica%20e%20Direitos%20Humanos/6498-405613-56245-2022-03-22.pdf> Acesso: 01 de mar. 2024.

SANTOS, Eliana Cristina dos Santos. AMARAL, Wagner Roberto do. O direito à educação na narrativa dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. **Anais. II CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS.** Londrina: UEL, 2017. Disponível em: <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/anais/2017/assets/134241.pdf> Acesso: 01 de mar. 2024.

SANTOS, Eliana Cristina dos. Mudanças e continuidades nas leis que definem o atendimento ao adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas no Brasil. **Anais. I CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS.** Londrina: UEL, 2015. Disponível em: https://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo7/oral/23_mudancas_e_continuidade....pdf Acesso: 01 de mar. 2024.

SECON, Mileni Alves; FÁVARO, Carolina; MELLO, Ana Carolina Tavares de. Atuação profissional do Assistente Social: o cotidiano do trabalho com o atendimento dos adolescentes em medida socioeducativa em meio aberto de Londrina. **Anais. III**



CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS. Londrina: UEL, 2019. Disponível em:

<https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/assets/4604-224014-35514-2019-03-28.pdf> Acesso: 01 de mar. 2024.

SILVA, Silmara Carneiro e. GUEDES, Olegna de Souza. A correlação de forças a nível estrutural e suas determinações para a dimensão ética no trabalho socioeducativo nos Centros de Socioeducação do Estado do Paraná: uma leitura a partir da Ontologia do Ser Social. **Anais**. IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS. Londrina: UEL, 2022. Disponível em:

<https://www.uel.br/pos/sersocial/pages/arquivos/Congresso%202022/Etica%20e%20Direitos%20Humanos/6498-405308-56084-2022-03-17.pdf> Acesso: 01 de mar. 2024.

SILVESTRE, Luciana Pavowski Franco. MAINARDES, Tainara Kessia Mainardes. O Acompanhamento de Adolescentes Egressos da Medida Socioeducativa de Internação em Ponta Grossa. **Anais**. IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS. Londrina: UEL, 2022. Disponível em:

<https://www.uel.br/pos/sersocial/pages/arquivos/Congresso%202022/Gestao%20de%20Politicais%20Sociais/6498-407774-56735-2022-04-04.pdf> Acesso: 01 de mar. 2024.

UEL. **Congresso Internacional de Serviço Social e Política Social**. Disponível em

<https://sites.uel.br/congressoservicosocialuel/> Acesso: 28 fev. 2024.